

## DRAFT

Tendo por referência o “Portugal, Balanço Social”, enquanto um projecto da **Iniciativa para a Equidade Social** e que visa impulsionar o sector social em Portugal com uma visão de longo prazo, no seu relatório anual de 2022 é traçado um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal.

Neste contexto, o relatório sobre a “**Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal**” analisa a pobreza energética no País com os dados do *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* (ICOR) realizado em 2021 e dos *Censos* 2021.

Em Portugal, duas em cada dez pessoas não conseguiram manter a casa aquecida e três em cada dez vivem em casas com necessidade de reparações. Neste mesmo estudo, é caracterizada a pobreza energética ao nível municipal calculando o *Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal* (IVEM), através de um método estatístico que combina os dados individuais do ICOR com os dados municipais dos Censos.

Como síntese do estudo aqui referenciado, registam-se as seguintes conclusões:

- ❖ Em 2021, quase 2 em cada 10 pessoas não conseguem manter a casa aquecida e 3 em cada 10 vivem em casas com necessidade de reparação/reabilitação.
- ❖ A incapacidade para manter a casa aquecida é superior entre quem tem mais de 65 anos (24,3%), entre as pessoas com nove anos ou menos de escolaridade (24%) e entre as pessoas desempregadas (23,1%).
- ❖ Quase 40% dos inquilinos vivem em edifícios com necessidade de reparações, uma percentagem 15 pontos percentuais acima da dos proprietários com empréstimo.
- ❖ As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são as que concentram a maior percentagem de famílias em pobreza energética. No continente, destacam-se o Algarve e o Norte.
- ❖ Em 2021, 30% dos agregados familiares em Portugal viviam num alojamento sem aquecimento e 36% viviam num edifício com necessidade de reparações.
- ❖ Este estudo propõe um *Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal* (IVEM) que estima a vulnerabilidade energética com uma granularidade municipal, superior à da permitida pelos dados do *Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento* (ICOR).
- ❖ Na generalidade, os municípios das Regiões Autónomas apresentam a maior prevalência de vulnerabilidade energética, com valores do IVEM superiores a 25%. No continente, a pobreza energética concentra-se mais no Norte, em especial nas regiões do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta.
- ❖ Os municípios com menor pobreza energética, com valores do IVEM abaixo de 17%, são os do Centro e Alentejo.
- ❖ Municípios como Alandroal e Borba (no Alentejo) têm simultaneamente menor desigualdade na distribuição dos rendimentos e menor vulnerabilidade energética. Em sentido contrário, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (nos Açores) e São Vicente e Porto Santo (na Madeira) têm maior desigualdade e maior vulnerabilidade energética.

- ❖ A denominada «Tarifa Social da Energia» é mais comum nos municípios com um valor mais elevado de IVEM, o que indicia que a política é bem direccionada, mas, ao mesmo tempo, não permite erradicar a pobreza energética das famílias portuguesas.

Consulte o relatório Portugal, Balanço Social 2022:

[https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/NSBE-Relat%F3rio\\_Balan%E7o\\_Social\\_2022.pdf](https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/NSBE-Relat%F3rio_Balan%E7o_Social_2022.pdf)

[https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/Sumario\\_Executivo\\_V09.pdf](https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/Sumario_Executivo_V09.pdf)

[https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/BalancoSocial2022\\_apresentacao\\_BPI.pdf](https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202023/BalancoSocial2022_apresentacao_BPI.pdf)

